

Ata da 312ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 30/08/2021.

Ao trigésimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte um foi realizada a trecentésima décima segunda reunião ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, por meio eletrônico, com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I - PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Eduardo Ribeiro Adriano Belfari Garcia Guiral (Suplente); Roxane Alencar Coutinho (Suplente) **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE -** Tiago Texera (Titular); Silvio Augusto Balan Garcia (Suplente); **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO -** José Carlos Souza Trindade Filho; **II - PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** João Luis Castro Vellucci (Titular); Antônio de Pádua Chagas (Suplente); **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Carlos Alberto Pereira Goulart (Titular); Luis Fernando Ferrari Neto (Suplente); **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Benedito Augusto de Oliveira (Titular); Francinilda Souza Lima (titular); Adilton Doreval Leite (titular); Ernane Silveira Rosas (Suplente); **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Daniela Martins Galli (Titular); Durval Rodrigues (Suplente); Horácio Manuel Santana Teles (Suplente); **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISIONAIS DE SAÚDE:** Márcia Gonçalves (Titular); Alexander de Carlo Freitas Navarro (suplente); **IV-REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - CENTRAIS SINDICAIS:** Ivanice da Silveira Santos (Titular); Roberto Alves da Silva (Suplente); José Freire da Silva (Titular); Ismael Gianeri (Titular); Cleonice Caetano de Souza (Suplente); Marcelo Antonio Fernandes (Titular); Veridiano Bispo dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Alisson Barreto (Titular); **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Idreno de Almeida (Titular); Gilberto Teixeira Mendes (Suplente); Douglas Alves Nogueira (Titular); Maria Isabel de Oliveira Panaro (Suplente); Lúcia de Nazaré Oliveira (Titular); Paulo Roberto Belinelo (Titular); Givanildo Oliveira dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Alaor Vieira dos Santos (Titular); **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE:** José Carlos Ribeiro Gimenes (Titular); José Dionízio dos Santos Garcia (Suplente); **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: II - PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - SETOR EMPRESARIAL -** Marcelo Antonio Fernandes (Titular) **AUSENTES: I - PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-** Sueli Vallin (Titular); **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE -** Roberta Aparecida da Silva Meneghetti (Titular); Izilda Maris Chiozzotto de Moraes (Suplente); **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Antonio Gonçalves de Oliveira Filho (Titular); José Roberto Matos Souza (Suplente); Silvia Justina Papini (Suplente); **III- REPRESENTAÇÃO DOS SINDICAIS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE -** Lourdes Estevão de Araujo (Suplente); Otelo Chino Junior (Titular); **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL -** Patricia Rodrigues Rocha (Titular) - **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Ana Luiza Martins de Moura (Suplente); José Carlos Machado Curi (Titular); **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - CENTRAIS SINDICAIS:** Renato de Jesus Santos (Suplente); **SETOR EMPRESARIAL:** Veridiano Bispo dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Carla Regiane Diana (Suplente); Carlos Alberto Rotea Junior (Titular); Tiago Cepas Lobo (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Patricia Regina Dupim (Suplente); **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Ercindo Mariano Júnior (Suplente); **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Teresa de Sousa Dias Gutierrez (Titular); Regiane Alves Ferreira (Suplente); **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR:** Ana Paula Bortoletto Martins (Titular); Ana Carolina Navarrete M.F. da Cunha (Suplente). Estando estabelecido o quórum a Secretária Executiva do CES/SP passa a palavra para o presidente dos trabalhos, o Dr. Eduardo Ribeiro Adriano que abre a reunião cumprimentando aos Conselheiros desejando bons

54 trabalhos para o dia. Abrindo o expediente colocando em regime de votação a
55 aprovação da Ata da reunião ordinária do Pleno do CES/SP de nº 311, esclarecendo que
56 as solicitações de ajustes recebidas já foram providenciadas. Em regime de votação Ata
57 aprovada por 20 votos favoráveis, zero votos em contrário e um voto em abstenção.
58 Passando para o primeiro informe – Conselheira Daniela Martins Galli – em nome desse
59 plenário presta um homenagem ao doutor Hermógenes, médico sanitarista cuja luta no
60 sistema público de saúde do Brasil foi bastante intensa, lutou pela democracia em nosso
61 país e também por uma saúde pública de qualidade para todos os brasileiros. Ele nos
62 deixa no dia 22 de agosto, vítima da Covid19 e propõe um minuto de silêncio em
63 homenagem ao senhor Alberto Hermógenes - sempre presente! Segundo informe -
64 Conselheiro Adilton Leite estende o convite para participação do webinar que acontece
65 no dia 31 de agosto das 10h às 11h30. PEC 32/2020 que aborda a reforma
66 administrativa e o objetivo do webinar é discutir impactos no SUS decorrente da
67 reforma administrativa. O mediador será o conselheiro Idreno de Almeida e os
68 convidados serão sociólogo Victor Pagani do DIEESE e a advogada Renata Fiore que é a
69 presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB São Paulo. Lembra que o
70 CES/SP tem pagina do facebook atualizada regularmente onde constam as divulgações
71 das atividades do CES/SP. Terceiro informe - Conselheira Ivanice atualiza sobre os
72 próximos passos do processo eleitoral, cuja publicação do resultado final das habilitações
73 para o pleito eleitoral será no Diário Oficial dia 31/8 que contará com o cronograma das
74 plenárias eleitorais agendadas para o dia 09/09/21 - do segmento gestor e trabalhador
75 com início a partir das 13h30 e no dia 10/09/21 - segmento dos usuários o início a partir
76 das 9h30. Importante atentar para o cumprimento do horário, já que a ausência dos
77 representantes caracterizará a desistência da entidade em participar do pleito. As
78 Plenárias de Eleição serão de forma presencial no seguinte endereço, Avenida Dr. Enéas
79 de Carvalho Aguiar, 188; sendo obrigatória a participação dos representantes indicado
80 que deverão comparecer munidos do original da carta de indicação para participação do
81 processo eleitoral assinada pelo representante legal e da identificação pessoal oficial com
82 foto. Na plenária de eleição só será permitido o ingresso do representante indicado pela
83 entidade ou pelo movimento popular e social habilitado. Os representantes deverão
84 comparecer ao local indicado com apenas 15 minutos de antecedência porque durante as
85 plenárias de eleição serão seguidos rigorosamente de protocolos sanitários de prevenção
86 à Covid19. Quarto informe - Conselheiro José Freire informa e convida à participação de
87 todos no 4º Encontro da CISTT que acontecerá dia 09/09 de 9h às 13h; o encontro será
88 virtual e conta com a participação de mais de 250 pessoas inscritas tendo por enfoque
89 o funcionamento da saúde do trabalhador do Estado e também a participação do
90 controle social e a introdução do tema da saúde do trabalhador nos tempos de
91 pandemia. Acrescenta que recebeu o convite para participar no dia quatorze de maio das
92 14 às 17h da criação da CISTT no município de Campinas. Quinto informe - Conselheiro
93 Benedito esclarece que em contato com o assessor do DIEESE e tendo em vista que a
94 reforma administrativa é algo muito grande, será oferecido ao CES/SP uma cartilha
95 sobre a PEC 32/2020, a ser disponibilizada à todos interessados em entender do que se
96 trata a reforma administrativa. Também está pautado na comissão de gestão do
97 trabalho o debate sobre a PL 26, que ira tratar da reforma administrativa no Estado de
98 São Paulo. Na última sexta feira participou do 8º Congresso Nacional da Federação
99 Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, onde houve eleição e informa que
100 foi eleito presidente da confederação nacional. Sexto informe - Conselheiro Alexander
101 Navarro informa sobre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental e sobre a publicação
102 do seu regimento pelo Conselho Nacional de Saúde. A conferencia Nacional acontecerá
103 entre os dias 17 e 22 do mês de maio 2022, a etapa estadual deverá ocorrer até abril e
104 as municipais até final de janeiro de 2022. Neste sentido chama os conselheiros para
105 comporem a comissão organizadora e convida a todos para participarem da próxima
106 reunião da comissão de saúde mental. Sétimo informe Conselheiro Alaor Vieira -

107 Convida a todos os conselheiros para a reunião ampliada no dia 3/09/21 onde pretende
108 discutir sobre a espinha dorsal do SUS no Estado de São Paulo, e no intuito de promover
109 ampla discussão propor a inclusão de pauta para deliberar a participação no dia 03/09 o
110 FETSUAS - fórum estadual dos trabalhadores no serviço único de assistência social. Em
111 regime de votação a inclusão de pauta para a aprovação da participação da FETSUAS na
112 reunião ampliada da Comissão de Políticas que ocorrerá dia 03/09/2021 às 9h. Aprovada
113 por 19 votos a favor , zero votos em contrário e zero votos em abstenção. Conselheira
114 Francinilda justifica seu voto favorável. Oitavo informe Conselheiro o Tiago Texera
115 informa, em nome do COSEMS, sobre a nota técnica que foi emitida sexta feira dia 28,
116 acerca o avanço da campanha de vacinação da Covid 19 no Estado de São Paulo. Nono
117 informe - Conselheira Maria Isabel Panaro informa que o Conselho Nacional fará um
118 seminário sobre medicação e convida a todos os conselheiros para participarem. Décimo
119 informe - Conselheira Lúcia fala sobre as conferências municipais de saúde no ABC – já
120 realizaram os municípios de São Bernardo, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e
121 Diadema – ainda faltam informações sobre Santo André e Rio Grande da Serra.
122 Encerrados os informes a secretaria executiva ingressa com o primeiro item de pauta.
123 Esclarece que na reunião de nº 311 foi retirada de pauta a aprovação da Moção de Apoio
124 ao projeto de lei do Senado Federal nº 2.564/2020 em virtude de pedido de vistas pela
125 COFIN. Neste sentido volta a pauta. Conselheiro Adilton faz uma breve atualização da
126 tramitação do PL 2.564 no Senado. O teor da moção não precisa ser discutido, já é a
127 terceira vez que esse item está na pauta do pleno, foi discutido na comissão
128 comunicação e informação em conjunto com a comissão de integração entre conselhos e
129 também já foi discutido pela COFIN. Reforça os pontos da tramitação do projeto, que é
130 de iniciativa do Senado e tem tramitação bicameral, precisa esgotar a tramitação do
131 Senado e, se aprovado, será submetido à Câmara dos Deputados. É um projeto que já
132 foi relatado, pela senadora Zenaide cujo relatório é favorável à aprovação. No dia 25
133 teve uma reunião com o presidente do Senado o Senador Rodrigo Pacheco, participaram
134 as entidades representativas da enfermagem. A Senadora Zenaide lançou uma nota
135 dizendo que o projeto continua da mesma forma como foi apresentado e que foi
136 combinado na reunião do dia 25 era para que as entidades sindicais tratassem da
137 discussão de ajustes de valor com a categoria. Assim não há proposta nova de alteração
138 de valor por parte do Senado. Conselheiro Almor pede destaque para que o texto da
139 Moção que tem caráter personalíssimo, ou seja, indica o nome de pessoas e que deveria
140 indicar um encaminhamento contextualizado de ato público para instituições e não
141 pessoas. Solicita que seja corrigido e destaca não se tratar apenas de uma discussão
142 classista ou sindical e sim de direito difuso e coletivo de toda uma sociedade em especial
143 de uma categoria profissional de suma importância, são trabalhadores essenciais para a
144 saúde como vários que aqui estão, mas não é só de competência de Sindicato é de
145 competência de toda uma sociedade civil de cidadãos brasileiros. A Secretaria Executiva
146 esclarece que a Moção será votada como está, mas que será incluída na Ata o destaque
147 do Conselheiro. Em regime votação a aprovação da Moção de Apoio ao Projeto de Lei do
148 Senado Federal 2.564/2020. Aprovado por 20 votos favoráveis, zero votos em contrário
149 e um voto em abstenção. Segundo item de pauta aprovação da Recomendação da
150 revisão da emenda constitucional nº 95 e aprovação do PL 2.564/2020. Importante
151 ressaltar que a COFIN reuniu com a Comissão de Políticas, realizou um estudo e
152 apresentou a presente recomendação para apreciação. Esclarece que são dois temas e
153 não são antagônicos, são complementares. Nesse sentido se apresenta para a aprovação
154 a Moção e agora para a apreciação e aprovação a Recomendação. Conselheiro João Luiz
155 - a COFIN se reuniu com a comissão de políticas e conclui que não há objeção nenhuma
156 sobre a reivindicação da valorização dos trabalhadores, mas a preocupação da COFIN é
157 com a contrapartida financeira que vai gerar a cadeia de financiamento do Sistema Único
158 de Saúde. De forma, se não for construída uma contrapartida de receita inviabilizará
159 todo o SUS. Neste sentido a COFIN defende a revisão da EC 95/2016, sem a revisão do

160 descongelamento da emenda constitucional não consegue evoluir, e a aprovação da PL
161 2.564/2020 desde que haja a contrapartida financeira. Conselheiro Adilton a moção
162 quando aprovada é encaminhada ao presidente do Senado Senador Rodrigo Pacheco que
163 tem mandato definido. A relatora é a Senadora Zenaide não adianta ir discutir o relatório
164 do projeto de lei com outro senador, quem define a pauta do Senado é o presidente do
165 senado o Senador Rodrigo Pacheco e é ele que faz o acerto com o Colégio de Líder.
166 Sobre a recomendação, quando foi aprovada essa EC que alterou os percentuais
167 mínimos da saúde foi uma alteração bastante negativa e uma hora trará danos
168 irreparáveis à saúde porque inclusive fere o núcleo essencial do direito que é o direito a
169 saúde. Se não tem financiamento adequado vai ter um prejuízo. A dúvida que apresenta
170 é: se o Pleno aprovar serão encaminhados ao Senado, juntos, a Moção de Apoio e a
171 Recomendação? Secretaria Executiva Maria Malta esclarece que vão juntas as duas
172 porque elas não são antagônicas, elas são complementares. Conselheiro Alaor faz
173 destaque na recomendação e traz a discussão da tônica de redução de valores, a
174 contrapartida social e mesmo reduzindo o valor e não se havendo contrapartida social e
175 equilíbrio de balança econômica. Relata problemas sérios em municípios com até 15 mil
176 habitantes e que essa discussão vai muito além do que criar um piso. Questiona como
177 está o estado de São Paulo em função disso, sobre o repasse de recursos para as Santas
178 Casas, de não repasse do estado somente para qual finalidade e iniciativas unilateral e
179 sem consulta ao colegiado pleno, para colocar OSS no lugar de Santa Casa. Questiona
180 sobre como está a situação financeira de fomento para esse projeto e qual é a
181 contrapartida do Estado nesse sentido em equilíbrio com os ODS. Conselheiro Belfari
182 questão de ordem - A Moção pede o aporte financeiro e essa discussão não para em si.
183 Todos os atos desse colegiado, todas as ações políticas próprias desse colegiado não
184 param em si na simples votação; o que conselheiro Alaor coloca tem questões
185 importantes sim, mas que devem ser levadas às comissões para uma constante reflexão
186 e uma constante avaliação de necessidade de outras deliberações. Coloca essa questão
187 para que o pleno possa entrar em votação, lembrando que estes assuntos não param de
188 ser discutido por este colegiado em seus momentos e desdobramentos necessários.
189 Conselheiro Benedito propõe o uso da expressão rescisão da PEC e não a revisão da PEC.
190 Secretária Executiva Maria Malta esclarece que a proposta do Conselheiro Benedito é que
191 se altere a palavra revisão pela palavra rescisão ou revogação da PEC. A Secretária
192 Executiva colocar em regime de votação, já esclarecendo aos Conselheiros que será
193 corrigido o texto. Aprovada a recomendação de revogação da EC 95 e aprovação do PL
194 2.564, por 18 votos a favor, zero votos em contrário e um voto em abstenção.
195 Seguindo para o próximo item de pauta: apresentação para aprovação da recomendação
196 sobre a intensificação dos cuidados para minorizar o avanço da pandemia. Este é o
197 produto do grupo de trabalho da vigilância epidemiológica - Conselheiro Horácio a ideia
198 da discussão esse assunto partiu de uma proposta da conselheira Maria Isabel, a partir
199 da constatação de que a situação epidemiológica da pandemia tinha a possibilidade de
200 uma mudança significativa com a entrada em circulação da variante Delta do
201 coronavírus. A ideia foi discutir as consequências e o que isso representava no contexto
202 de controle da transmissão da pandemia em São Paulo e para que isso acontecesse o
203 grupo de trabalho convidou representantes do Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantã,
204 Coordenadoria de Controle de Doenças, CVE houve uma discussão em duas reuniões
205 que resultou na confecção dessa recomendação e de pontos que seriam importantes que
206 governo atentasse e assim minimizar o risco do incremento da circulação da variante
207 Delta. Conselheiro Adilton faz um aparte, na qualidade de enfermeiro que foi linha de
208 frente de pandemia desde março do ano passado. Esta não é a primeira a mutação do
209 vírus que ocorre a medida em que eles se replicam e o que leva a essas várias
210 mutações é o descontrole. Já foi maior, hoje nem tanto. Se não tem controle e o vírus
211 continua circulando (faz parte do ciclo de vida do vírus que ele se replique e que ocorra
212 mutações). As medidas de controle, não se alteram. Não muda nada o que temos

213 estabelecido desde sempre continua em vigor sendo: a lavagem das mãos, a etiqueta
214 respiratória, o distanciamento mínimo, o uso de máscaras e a questão da vigilância
215 epidemiológica. No Estado de São Paulo não há mais restrições, permanecendo a
216 recomendação de manutenção das medidas de controle e proteção. Continuamos fazendo
217 o controle de casos novos para não haver o esgotamento da rede hospitalar. Quanto à
218 vacinação, o Estado de São Paulo já aplicou ao menos a 1ª dose em 74,46% da
219 população. A vacina aliada às demais medidas ajudam neste processo de controle da
220 pandemia. Conselheiro Alaor faz destaque no tocante as documentações exigidas pelos
221 municípios e a integralidade do SUS que não se pode restringir o acesso, promovendo
222 segregação espacial ou segregação social, o que está sendo feito pelos municípios. Nesse
223 sentido solicita que se retire a exigência da apresentação do comprovante de residência
224 no direito de acesso à vacina ou qualquer outro insumo ou medicamento do SUS
225 universal e também integral. Não cabe a discussão na questão que os municípios tem a
226 sua prerrogativa administrativo, mas o SUS é íntegro e universal não é um sistema
227 fracionado. Conselheira Lucia pondera sobre o relaxamento das medidas e a retomada
228 da economia nas cidades do Estado de São Paulo. Essa recomendação tem que chegar
229 ao Governador João Dória para que ele possa rever essa liberdade, porque não acabou a
230 pandemia e essa variante Delta está a todo vapor. Em sua opinião não podemos baixar a
231 guarda, tem que ser obrigatório o uso de máscara em todos os locais. Conselheiro Tiago
232 Texera primeiro parabeniza a iniciativa, porque essas recomendações vão ao encontro
233 da necessidade de manter a guarda alta, porque a saúde acontece nos municípios, são
234 de fato os municípios que vem enfrentando e coordenando as ações do enfrentamento
235 dessa crise da humanidade moderna, da crise do coronavírus. Segundo para reforçar
236 uma fala importante que é a continuidade das medidas de prevenção ao contágio que
237 deve ser seguido, devendo avançar na campanha de vacinação sem deixar ninguém para
238 trás. Não faz sentido continuar avançando o calendário vacinal deixando pessoas para
239 trás, tem mais de 2 milhões de pessoas que aguardam (com mais de 18 anos) para
240 serem vacinadas, todos queremos que avance a vacinação para baixo de 18 anos e
241 queremos que avance na terceira dose, mas sem deixar ninguém pra trás. Conselheiro
242 Horácio esclarece que coincidente com a entrada de circulação da variante Delta aqui do
243 Estado de São Paulo e no Brasil, o estado de São Paulo teve atitude política através do
244 governo, de promover a abertura da economia, ainda que diante da situação que já
245 estava acontecendo no Rio de Janeiro. Atualmente lá é o epicentro da circulação da
246 variante Delta, tendo alguns municípios já com os leitos de UTI ocupados em mais de
247 100%. Esclarece que a preocupação do grupo foi manter um modo operantes em São
248 Paulo afim de preservar e ampliar a cobertura vacinal; o incremento da testagem; a
249 testagem para acompanhamento de casos; a identificação e promoção do isolamento; a
250 questão do uso da máscara; o distanciamento social; a questão do transporte público,
251 em relação à a circulação das pessoas e desinfecção dos meios de transporte público e
252 principalmente ter uma uniformização de orientações. Determinados segmentos, por
253 exemplo Secretaria de Educação, seguem um procedimento de orientação que não é o
254 mesmo apresentado pela Secretaria de Saúde. Existe uma preocupação com relação a
255 isso e é preciso voltar a ter uma uniformidade de orientações até para as áreas da
256 Saúde. Os municípios possam avaliar com mais segurança a situação que está
257 acontecendo em cada um deles. A vacina é importante, a higienização das mãos, mas a
258 gente tem que trabalhar com todos os mecanismos e instrumentos com a mesma
259 intensidade, e o que se observa no Estado de São Paulo é que por determinação
260 política, razões econômicas, o Estado abandonou a guarda com relação ao coronavírus. A
261 proposta pretende manifestar a necessidade de ter uma retomada com seriedade da
262 Vigilância e a tentativa de controle da transmissão, para não ficar na dependência
263 exclusiva da vacinação que é à medida que controla transmissão, mas não consegue
264 evitar que novos casos apareçam. Neste sentido o grupo entende que o momento é de
265 atenção a ser considerado menos economicamente e mais uma atenção para a saúde

266 pública. Conselheiro Gilberto fala sobre o Vale do Ribeira uma preocupação muito grande
267 em relação ao uso de máscara. A maioria das pessoas não usam máscara, nem no
268 comércio, nem na rua. Conselheiro Adilton esclarece que o problema está no grupo de
269 não vacinados quando se observa o número de mortes, hoje cerca de 97% de mortes é
270 dos não vacinados. Outra questão que foi bastante colocada é o grupo não vacinado e
271 chama a atenção para o número de pessoas que é anti-vacina. Conselheira Maria Isabel
272 parabeniza pelas discussões mas em seu entendimento, enquanto conselheira, não é
273 possível deixar acontecer no Estado de São Paulo o que já se vê pelo Rio de Janeiro e
274 pelo que alertam todos os cientistas, doutores, professores, sanitaristas e
275 epidemiologistas. Esclarece que todos os pontos propostos pela recomendação foram
276 amplamente debatidos por todos os que se fizeram presentes na reunião do GT. No que
277 se refere as barreiras propostas pelos municípios e a própria PNI também coloca contra
278 a vacinação – o pedido de comprovante de endereço, se manifesta contrária a essas
279 barreiras. Uma outra coisa que foi citado também é a necessidade de fazer a busca ativa
280 principalmente para a segunda dose e incluir na recomendação que o governador do
281 Estado de São Paulo reveja essa flexibilização porque ela não é boa para o Estado de
282 São Paulo de forma alguma; o grupo pede para que ele recomponha o comitê de
283 enfrentamento a Covid. Conselheiro Alaor parabeniza a conselheira Maria Isabel Panaro
284 nas considerações, porém tem ressalta que o SUS é tripartite. Propõe promover o acesso
285 a vacina sem restrições por interesses unilaterais de município ou pra qualquer espaço
286 ou qualquer região de saúde, que se promova o acesso de forma íntegra a toda a
287 população brasileira assim requer que não se não se arremetam a pedir comprovante de
288 residência até mesmo porque em vários espaços contamos com população de rua,
289 população hip entre outros. Refere que a busca ativa por sua vez está sendo feita,
290 começou a iniciar pelo vacivida, mas quer que se cubra com a recomendação que se faz
291 numa rotina e não experimento. Conselheiro Tiago Teixeira o que nós queremos é a
292 vacina como direito universal. Esse pleito que a gente está fazendo pelo Conselho
293 Estadual de Saúde, chamado freio de arrumação especial para população acima de 18
294 anos, tem município no Estado que já concluiu acima de 18 anos, mas a grande maioria
295 ainda não. Tudo o que nós queremos é que tenha vacina em volume suficiente para que
296 possamos vacinar a todos e que cesse essas iniquidades da distribuição das doses,
297 também que elas sejam equalizadas na campanha de vacinação, para que avancemos
298 no mesmo ritmo, porque nada adianta o município vizinho já estar vacinando com 12 anos
299 e outros municípios ainda com uma grande população acima dos 18 que ainda não
300 conseguiu concluir a sua vacinação. Secretária Executiva Maria Malta solicita ao
301 Conselheiro Tiago, como representante do COSEMS/SP, que se manifeste com relação à
302 solicitação do Conselheiro Alaor para que não exista mais nenhum pedido de
303 comprovante para que sejam aplicadas as vacinas. Conselheiro Tiago Texera esclarece:
304 o que queremos é que se cumpra a PNI (Programa Nacional de Imunização) inclusive
305 que o Ministério da Saúde também cumpra a PNI. Esclarece que de fato os municípios
306 vem se organizando pra poder promover essa equidade na questão da vacinação, lembra
307 que a própria capital de estado não exige comprovante de residência. Um dia falta a
308 vacina e no outro dia já tem mais vacina, mas que o estado é extenso e que tem
309 município que está a mais de 700 km da capital então não tem essa mesma
310 disponibilidade. A forma de organização das campanhas de vacinação depende muito do
311 cenário na quantidade de vacinas que chegam para cada região e para cada município.
312 Por isso fala em organização para tentar avançar todos no mesmo passo. Conselheira
313 Daniela pede um aparte para manifestar-se como fonoaudióloga e membro desse
314 conselho. Pede para que os conselheiros possam neste espaço ter uma comunicação
315 que não seja violenta. Alerta para o fato de que todos os presentes atuam na área da
316 Saúde em diferentes espaços; temos secretários de saúde, temos a mesa diretora aqui
317 presente, temos profissionais que trabalham aqui na área técnica (eu sou trabalhadora
318 também na área da saúde na saúde pública muitos anos) eu acho que todos estão aqui

319 estão discutindo estão em busca do melhor. Como já mencionou sobre o médico
320 Hermógenes todos estão aqui por uma saúde pública melhor. Proponho que aprendamos
321 com as pessoas Trans que estiveram na última roda de conversa deste CES/SP a ceder
322 a palavra, a falar de um modo a onde a violência não prevaleça. Onde a violência que eu
323 sofro eu não devolva para o outro. Neste sentido, embora a tarde, gostaria muito de
324 dizer isso porque nós estamos aqui trabalhando. Conselheiro Tiago Texera tanto aqui
325 nesse colegiado como no ambiente virtual quem coordena o debate que faz parte da
326 reunião está sim sofrendo ofensas, ironias e falta de educação. O Conselheiro se
327 manifesta em nome do próprio COSEMS que foi aqui atacado por duas vezes nesse chat
328 pelo conselheiro Alaor. O Conselheiro Tiago entende que pode fazer críticas construtivas,
329 mantendo o decoro, respeito e a boa educação. Conselheiro Alaor pede que se
330 esclareça dentro do código de ética e conduta do Conselho Estadual a possível falta de
331 decoro a qual o Conselheiro Tiago aponta que tenha sido praticada, já que nem código
332 de ética e conduta tem esse colegiado. Na opinião do Conselheiro Alaor há quebra de
333 decoro quando se rompe com a política nacional de imunização em especial uma quebra
334 de decoro quando isso custa vidas humanas; o direito a vacinação deve ser de todos e
335 não tem que descaber o desejo unilateral de um ou de outro. É isso que gostaria que
336 fosse ressaltado e que se cumpra o que está definido. Conselheiro Tiago Texera se
337 manifesta para trocar a a expressão "quebra de decoro" por "falta de educação".
338 Secretária Maria Aparecida Malta interrompendo propõe seguir para aprovação da
339 recomendação para o governo do estado de São Paulo sobre a intensificação dos
340 cuidados para minorizar o avanço da pandemia com a inclusão da revisão da
341 flexibilização da economia. Aprovada a recomendação por 20 votos favoráveis, zero
342 votos em contrário e sero votos em abstenção. O próximo item de pauta aprovação da
343 indicação do Conselheiro José Freire da Silva para participar do seminário de criação da
344 CISTT do Conselho Municipal de Saúde de Campinas. O Conselheiro Freire já havia se
345 manifestado durante os informes. Conselheiro José Freire essa é uma tarefa que temos
346 procurado desenvolver no Estado de que todos os municípios e todos os conselhos
347 municipais de saúde pudessem ter uma Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
348 para que a gente possa discutir o adoecimento também através da organização do
349 trabalho, e o trabalho é questão essencial nas nossas vidas, mas também tem sido uma
350 fonte de adoecimento então uma tarefa gigantesca nossa é trazer essa discussão para
351 dentro exatamente do SUS. Esclarece que recebeu o convite do Conselho Municipal de
352 Campinas que pretende instituir a CISTT no dia 14 de setembro. Secretária Maria
353 Aparecida Malta coloca em regime de votação, sendo aprovada a participação do
354 Conselheiro José Freire por 20 votos a favor, zero votos contrários e nenhuma
355 abstenção. O nosso próximo item de pauta é apresentação das atividades da ouvidoria
356 na saúde. A convidada é a ouvidora geral do SUS Patrícia Camargo Ferreira. Ouvidora
357 Patrícia Camargo apresenta os dados da ouvidoria e faz uma rápida apresentação da
358 história da ouvidoria. Após a apresentação o Conselheiro Belfari em nome da mesa
359 diretora parabeniza a Sra Patricia e toda sua equipe pelo excelente trabalho que vem
360 desenvolvendo ao longo desse período. Faz uma sugestão para que , semestralmente,
361 seja encaminhado um relatório para ser divulgado para o Conselho Estadual. A ouvidora
362 Patrícia esclarece que fazemos parte de uma rede de ouvidorias do SUS dentro do Brasil
363 não só do Estado de São Paulo. Que a rede do Estado de São Paulo é considerada uma
364 das maiores redes do SUS e não está completa há um esforço, principalmente grupo
365 Santa Casa, para implantar o serviço de ouvidoria e trabalhar de forma alinhada e
366 organizada quanto mais informação os gestores tiverem é melhor para que se possa
367 organizar e fazer os benefícios para a população. Faz parte da ouvidoria Geral do Estado
368 como uma das secretarias e trabalham com ouvidoria e tem um grande diferencial que
369 é a ouvidoria-geral do SUS trabalhando principalmente os princípios as diretrizes do
370 SUS. As regras e os princípios a serem seguidos é uma rede referenciada e precisa ser
371 do conhecimento dos ouvidores para que se possa conduzir as questões internas. Nós

372 fazemos parte da ouvidoria-geral do Ministério da Saúde como ouvidoria Geral do SUS
373 no Estado de São Paulo e todas as ouvidorias estão interligadas fazemos parte dessa
374 rede como um todo é interessante à colocação do Belfari até parece que a gente tinha
375 combinado porque há um mês recebemos um Ouvidor Geral de um Estado que trouxe
376 exatamente o trabalho que vem sendo realizado pelo serviço de ouvidoria do seu Estado.
377 É muito difícil compararmos São Paulo aos demais estados pois o Estado do ouvidor
378 recebido tinha 4 milhões de habitantes e nós 44 milhões ele tem ao ano sete mil
379 manifestações registradas nós temos só aqui na central 2.500 no mês então é muito
380 difícil comparar o estado de São Paulo com os demais Estados. Patricia se compromete a
381 encaminhar os relatórios ao conselho semestralmente e se põe à disposição caso seja
382 necessário algum comentário. Com relação à ouvidoria vale complementar que dentro
383 da página da Saúde agora em setembro vamos colocar no ar o sub site da ouvidoria
384 todos esses relatórios, os dados da ouvidoria, por lei já são de domínio público eles
385 podem ser analisados trabalhados e interpretados pelo cidadão de uma forma geral
386 então eles vão estar disponibilizados. Conselheiro Alaor parabeniza a ouvidor Patrícia na
387 atuação no trabalho com relação ao processo de transparência e questiona é qual foi a
388 medida adotada em relação a funcionária da ouvidoria que deletou no chamado ouvidor
389 SUS a qual nós abrimos ouvidoria Nacional a qual nós instauramos procedimento em
390 Brasília e tem um despacho departamento, eu quero saber qual foi a tratativa que foi
391 dada na ouvidoria Geral do Estado de São Paulo em relação ao funcionário. Ouvidora
392 Patricia Camargo não saberia responder porque recebe várias manifestações pelo sistema
393 ouvidorsus e algumas delas não competem a ouvidoria, principalmente quando não
394 dizem respeito assistência do cidadão. Neste sentido solicita que o caso pontual seja
395 encaminhado para a providência da informação precisa. Conselheira Maria Isabel
396 Panaro perguntar se nesses dados gerais estão as denúncias com relação à oftalmologia
397 e a hemodiálise. Ouvidora Patricia informa que com relação aos dados da oftalmologia e
398 hemodiálise a porcentagem estatisticamente não foi significativa, por isso elas não
399 constam nos dados do relatório semestral, mas elas existem sim a oftalmologia sempre
400 foi uma classificação muito visível, mas com a pandemia os dados inverteram e aí a
401 ortopedia acabou sendo prioridade e não a oftalmologia. A hemodiálise nós recebemos
402 sim manifestações, mas também nada significativo principalmente porque muitas
403 questões em hemodiálise são de competência Municipal então se encaminha para o
404 município e essas demandas são resolvidas o município, mas nós também temos esses
405 dados depois que você quiser solicitar especificamente depois responderemos. Em
406 relação à divulgação muito importante a sua colocação nós confeccionamos banners para
407 todos os serviços de ouvidoria principalmente da administração direta e as OSS para que
408 essas informações fossem divulgadas nos serviços e repassamos modelos de folders, de
409 flyers para que eles possam divulgar internamente, inclusive um QRCode que foi
410 disponibilizado para que as unidades colocassem os serviços e que remete ao site da
411 secretaria da saúde que tem o item ouvidoria da saúde é esse semestre a gente até
412 pediu para que os serviços de ouvidoria fotografassem esses banners pra que a gente
413 pudesse identificar onde essas informações são sempre colocadas para o cidadão nós
414 não estamos conseguindo fazer as visitas nas unidades devido a pandemia, mas
415 mudamos o processo para que tivéssemos essas informações e com o subsite agora em
416 setembro a divulgação do subsite essas informações também vão constar. Conselheira
417 Ivanice questiona sobre o programa dos ouvidores a questão atendimento em Psicologia,
418 (para vocês serem ouvidos também) em relação aos municípios tem um estímulo do
419 Estado à ouvidoria do Estado estimula os municípios a terem a ouvidoria e você sabe
420 quantas ouvidorias nós temos no Estado de São Paulo. Para Patricia a capacitação é
421 importante, interação entre as ouvidorias dos municípios com a ouvidoria do Estado
422 para melhorar. Com relação ao trabalho junto com os ouvidores, no último ano
423 iniciamos um projeto para a saúde mental aqui da Secretaria onde colocamos em
424 prática dois projetos um deles era "escutando quem ouve" junto com o psiquiatra da

425 CCD a doutora Carolina e a Juliana que trabalham na equipe de ouvidoria. Trabalhamos
426 temas por web conferência desde atendimento mais delicados a agressividade do
427 cidadão, o ouvidor que ouve mas que não é ouvido e falamos muito sobre as questões
428 de morte, nessa fase de pandemia, o projeto não terminou, mas já houve uma primeira
429 análise e vamos também colocar no subsite o resultado deste trabalho. Essa primeira
430 etapa do projeto, trabalhamos também um projeto com a saúde mental e com os
431 ouvidores da rede, e tanto os ouvidores do Estado quanto os dos Municípios concordam
432 que a adesão dos Municípios não é grande, mas a dos ouvidores do estado chegam a
433 média de 185 acessos na internet e considerando que são 189 serviços é relativamente
434 positiva a adesão às reuniões. Com relação aos municípios, fizemos uma capacitação
435 presencial no final de 2019 onde foram capacitados 102 novos municípios que
436 implantaram o serviço de ouvidoria. É preciso respeitar as diretrizes e os princípios do
437 SUS e os entes federados têm autonomia e decisão, demonstrando a importância deste
438 serviço para os gestores, alguns gestores aderem à proposta e passam a trabalhar em
439 conjunto, outros preferem só manter a ouvidoria geral. Assim proporcionamos debates
440 com os gestores quanto a diferença entre a ouvidoria geral e ouvidoria do SUS. O
441 trabalho de conhecer o SUS, de conhecer a rede referenciada é um diferencial
442 importante que muitas vezes o ouvidor geral não conhece e acaba por designar alguém
443 para receber as manifestações da saúde e responder essas manifestações. Se existe
444 uma pessoa referenciada para isso porque não ouvidor do SUS. Este projeto continua e
445 está sendo alinhado junto com serviços de ouvidoria dos Municípios. Dos 645 municípios
446 aproximadamente 200 tem ouvidorias do SUS vinculadas ou não a ouvidoria geral, mas
447 que trabalham e forma autônoma, o contato com estes serviços se dá por
448 webconferência. Este ano nós fizemos um projeto piloto com 34 municípios que
449 passaram a utilizar o nosso sistema de ouvidorias, temos solicitação de 158 municípios
450 que querem utilizar o sistema do estado, para organizar as manifestações do serviço isso
451 é extremamente positivo porque passamos a conhecer não só usuário do SUS vinculados
452 as unidades do Estado, mas os usuários do SUS no estado de São Paulo. As capacitações
453 continuam de forma virtual e temos um projeto junto ao CEFOR para dar continuidade.
454 Secretaria Executiva Maria Aparecida Malta agradece a participação da Ouvidora Patricia
455 e segue para o último item de pauta Conselheiro Alaor aprovação da participação da
456 FETSUAS na reunião da comissão de políticas que acontecerá no dia 03 de setembro.
457 Conselheiro Alaor propõe uma reunião ampliada com todas as comissões e grupos de
458 trabalho para tratar de três temas a PPI integrada, o serviço social do SUS e a questão
459 da agenda 2030. Os três temas se convergem para a questão do planejamento e
460 assistência à saúde e o direito a saúde no âmbito do território. Diante disto e para
461 contribuir com o processo de entendimento e construção desses trabalhos pleiteia que o
462 debate se inicie nesse dia três e avance também o debate de forma ampliada para uma
463 tarefa na próxima composição do colegiado Estadual de saúde no âmbito do Estado de
464 São Paulo. Nesse sentido indica a participação de um representante do fórum estadual
465 de trabalhadores no nosso sistema único de assistência social FETSUAS para participar
466 da próxima reunião. Secretária Executiva Maria Aparecida Malta coloca em regime de
467 votação a aprovação para participação da FETSUAS na reunião ampliada da comissão de
468 políticas que acontecerá no dia 03 de setembro, aprovado por 17 votos a favor nenhum
469 voto contrário e nenhuma abstenção. Sendo encerrada toda a pauta da reunião, Doutor
470 Eduardo agradece a todos pela participação e reiterando a fala de todos que o
471 antecederam no sentido de parabenizar a Ouvidora Patricia pela apresentação. A
472 ouvidoria é uma ferramenta importante de qualificação da nossa gestão do SUS.
473 Parabéns, obrigado a todos. Fiquem com Deus.
474 **DELIBERAÇÃO 01 - ASSUNTO:** Aprovação da Ata da Reunião Ordinária 311ª, de
475 26/07/2021. **DECISÃO:** aprovado: 20 votos a favor - 0 voto contrário - 01 voto
476 abstenção

477 **DELIBERAÇÃO 02 – ASSUNTO:** Inclusão de pauta para aprovação da FETSUAS, na
478 reunião ampliada da Comissão de Políticas de Saúde e acompanhamento dos
479 Instrumentos de Planejamento, no dia 03-09-2021. **DECISÃO:** aprovado: 20 votos a
480 favor - 00 voto contrário - 00 voto abstenção

481 **DELIBERAÇÃO 03 - ASSUNTO:** Aprovação da Moção de Apoio ao Projeto de Lei do
482 Senado Federal nº 2.564/2020, retirado da Pauta da 311ª Reunião Ordinária do CES/SP.
483 **DECISÃO:** Aprovado: 20 votos a favor - 01 voto contrário - 01 voto abstenção

484 **DELIBERAÇÃO 04 - ASSUNTO:** Aprovação da Recomendação de Revogação da
485 Emenda Constitucional nº 95/2016 e a aprovação do PL 2.564/2020. **DECISÃO:**
486 Aprovado: 18 votos a favor - 0 voto contrário - 01 voto abstenção

487 **DELIBERAÇÃO 05 - ASSUNTO:** Aprovação da Recomendação sobre a intensificação
488 dos cuidados para minimizar o avanço da pandemia. **DECISÃO:** aprovado: 20 votos a
489 favor - 0 voto contrário - 0 votos abstenção

490 **DELIBERAÇÃO 06 - ASSUNTO:** Aprovação Indicação do Conselheiro José Freire da
491 Silva para participar do Seminário para criação da CISTT do Conselho Municipal de
492 Saúde de Campinas. **DECISÃO:** aprovado: 20 votos a favor - 0 voto contrário - 0 voto
493 abstenção

494 **DELIBERAÇÃO 07 - ASSUNTO:** Aprovação da participação como convidado o Fórum
495 Estadual dos Trabalhadores (as) do Serviço Único de Saúde - FETSUAS, na reunião
496 ampliada da Comissão de Políticas de Saúde e acompanhamento dos Instrumentos de
497 Planejamento, no dia 03-09-2021. **DECISÃO:** aprovado: 17 votos a favor - 0 voto
498 contrário - 0 voto abstenção.

499 Esta ata foi lavrada por Ohana Renata Bernardes de Souza e revisada por Maria
500 Aparecida Ferreira Malta.